

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História

Prova
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Aluno: João Henrique de Castro de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CEG/ ICHF/ GHT
Disciplina: História Contemporânea I (3º período – 1/2004)
Professora: Márcia Motta
Aluno: João Henrique de Castro de Oliveira
Trabalho: Prova 1

1. Introdução

O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação (...) O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem seu uso legítimo útil a sociedade (...); pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem (...) (Denis Diderot)

(...) todos precisam compreender que todo indivíduo que se recusa a obedecer à vontade geral deve ser forçado por seus companheiros a fazê-lo. É uma maneira de dizer que pode ser necessário forçar um homem a ser livre, sendo neste caso a liberdade a obediência à vontade de todos. (Rousseau, *O contrato social*)

Se olharmos por trás das cenas tranqüilas criadas pelos membros de nossa burguesia, e virmos o modo como realmente trabalham e atuam, perceberemos que esses íntegros cidadãos arrasariam o mundo, se isso lhes trouxesse benefício. (Marshall Berman, *Tudo que é sólido se desmancha no ar*)

O século XIX assistiu a profundas mudanças, jamais experimentadas anteriormente. Resultado de um complexo conjunto de transformações que já vinham dos séculos XVII e XVIII, os oitocentos começam a provar as primeiras gotas da *velocidade de mudança* que seria tomada aos goles pelo século XX.

As inovações tecnológicas do XVIII se aprofundaram no XIX e passaram a atingir outras regiões além da pioneira Inglaterra. Visões de mundo plantadas pelos ilustrados de décadas anteriores floresceram politicamente nos jardins dos liberais burgueses. Revoluções (notadamente as de 1830 e 1848) trataram de asfixiar o moribundo corpo do *Ancien Régime*. A exploração das massas se aprofundava como nunca, alimentando o embrião socialista no próprio útero do sistema.

A industrialização do XIX foi o passo decisivo do capital. Novas formas de organização do trabalho produtivo se consolidaram. Papéis sociais se definiam e ficava bem claro qual a classe gozaria plenamente da tríade “liberdade, igualdade e fraternidade”: a burguesia, dona do aparelhamento, do todo material e do produto final do trabalho. Do outro lado, os que eram obrigados a “obedecer à vontade geral”: os proletários, desprovidos dos meios de produção, transformados de produtores a vendedores de seu único bem: a força de trabalho.

Um pouco desse século conturbado é sintetizado aqui neste trabalho, que procura abordar o nascimento da indústria na França e na Alemanha. O foco da análise será ajustado à atuação desses dois Estados Nacionais, partindo de peculiaridades e similitudes entre os casos estudados e com o modelo inglês. Na parte final, discutiremos o peso do ideário liberal nos acontecimentos estudados: um verdadeiro legitimador ideológico para as transformações do século XIX.

2. Caso francês

Distintamente do caso alemão – onde se evidenciou com mais clareza a intervenção do Estado e a conseqüente aceleração do processo – o desenvolvimento da indústria na França se deu de maneira bem mais lenta e gradual, consumando-se em meio a obstáculos conjunturais

significativos.

No início do século XIX, o país configurava notáveis potencialidades: uma cultura dominante na Europa, um ritmo razoável de aumento demográfico, a manutenção do comércio ultramarino (embora as sucessivas guerras, como a dos Sete Anos, causassem brutais rachaduras no aparelho colonial) e bons sinais de crescimento econômico (que se manteve estável, de acordo com Kemp, entre 1815 e 1914).

Como explicar, então, que o desenvolvimento industrial caminhasse cambiante, pelo menos em seus passos iniciais, numa intensidade aquém da esperada?

É a pergunta que Kemp joga no ar. Sua resposta revela que o caso francês seria um paradoxo: potencialmente vigorosa, a economia francesa esbarrava nas heranças de um período pré-capitalista. Ou seja: a sobrevivência de certas estruturas serviria de retardador ao desenvolvimento industrial.

(...) enquanto as condições do *Ancien Régime* permitiam uma taxa de crescimento regular e algum desenvolvimento da actividade capitalista, as instituições e estruturas a que sua sobrevivência estava ligada não apontavam para nada que se parecesse com uma revolução industrial. (1)

Antigas relações feudais no campo, por exemplo, serviam de entrave à modernização do setor agrícola. O campesinato, favorecido pela reforma agrária promovida durante a revolução de 1789, tinha baixa propensão a comercializar sua produção no mercado, mantendo-se firme a uma lógica de subsistência. Um quadro oposto ao da Inglaterra, onde os *enclosures* foram fundamentais para a implantação de relações capitalistas na agricultura, além de gerar farta mão-de-obra para o nascente parque industrial urbano.

Estimativas sobre os percentuais de população urbana e rural fornecem um valioso material de análise. Em 1851, por exemplo, 75% da população francesa vivia no campo e os 25% restantes, nas cidades. Comparativamente, a Inglaterra apresentava, apenas um ano antes (1850), uma população urbana maior que a rural: 52% contra 48%. Em relação à distribuição da população economicamente ativa (PEA), podemos observar que o setor primário tinha peso muito maior para a economia francesa do que para a inglesa: em 1851, 64,5% da PEA estava no setor agrícola. Dez anos antes, os ingleses tinham apenas 20% da PEA no mesmo setor. (2)

Havia ainda outros obstáculos. Problemas estruturais, como a falta de um sistema de transportes, obliteravam as possibilidades de implementação de um capitalismo mais dinâmico. Além disso, os setores financeiro e bancário eram fracos se comparados aos da Inglaterra e da Alemanha. Havia ainda uma certa resistência cultural aos investimentos na indústria, e a burguesia favorecida pela Revolução mantinha-se, em geral, atrelada aos negócios da terra, bem mais seguros. Sobre isso, escreve Kemp: “As oportunidades para o investimento industrial e a taxa de lucro prometida tinham atrativos limitados, e se atraíam alguns, esses eram sempre homens com menos fortuna”. (3)

Estado

Num panorama desses, a intervenção estatal foi fundamental para que uma infraestrutura fosse montada. Comparativamente à Inglaterra e à Alemanha, o papel do Estado francês seria intermediário: nem tão “frouxo” (posto que não existiam as pré-condições favoráveis encontradas do outro lado do Canal), nem tão “viril” (pois o governo francês lidava muito mais com forças contrárias do que os vizinhos do leste, não tendo comparativamente o mesmo poder autoritário).

Mesmo assim, o Estado buscou, desde o século XVIII, apoiar iniciativas de modernização econômica. O estímulo para o desenvolvimento de novos métodos de produção esteve presente, por exemplo, na política do ministro Colbert (reinado de Luís XIV). Entretanto, as transformações técnicas foram bastante restritas, de acordo com Kemp.

Napoleão manteve a política de incentivo a empresários e inventores, mas com

resultados tímidos na estrutura global. O grande e difícil desafio era se emparelhar aos ingleses para enfrentar a desleal concorrência de produtos mais baratos, produzidos em massa. Optou-se, então, por investir em produtos de maior qualidade, feitos de forma artesanal, o que marca mais uma peculiaridade da indústria francesa em seus primeiros tempos.

O Estado se mexeu com vigor novamente nas décadas de 1830 e 1840, quando o setor têxtil se expandiu. O fato mais notável foi a construção do caminho de ferro. Aqui, a participação estatal – coordenando investimentos estrangeiros – é evidente, mostrando-se como força modificadora das estruturas: entre 1850 e 1870, a extensão das estradas de ferro saltou de 3 mil para 17,5 mil quilômetros. (4)

Embora Kemp questione os reais ganhos com a estrada de ferro (5), foi a partir daí que a indústria francesa iniciou sua ascensão. Gigantes da indústria pesada como Peugeot, Michelin e Renault davam, assim, seus primeiros passos.

No final do XIX, aumentam os gastos do governo com educação e armamentos (a disputa imperialista por mercados e matérias-primas dava os primeiros sinais). A vida urbana e a indústria de massas se desenvolviam: a modernidade batia à porta, alterando pensamentos e costumes. Paris ganhava seus amplos *boulevares*, a classe operária entrava em cena e Baudelaire imortalizava seu *spleen* diante de tudo isso.

3.Caso alemão

“Rápida expansão”, “base tecnológica avançada”, “força militar”, “nacionalismo exarcebado”. Esses termos, usados por Kemp logo na abertura do capítulo sobre a Alemanha (6), resumem bem o caráter do projeto germânico de industrialização: uma verdadeira “blitzkrieg” do campo econômico. Também chamada de “modernização conservadora”, a revolução industrial na Alemanha contou com a participação maciça do Estado.

Diferente do caso inglês – onde a intervenção estatal estava de certa forma mascarada pela lógica liberal (7) – o governo alemão (para sermos mais exatos, o governo prussiano) conduziu com pulso firme, investindo alto em infraestrutura (transportes), educação e indústria pesada.

O espírito conservador da sociedade se refletiu na montagem do sistema. Os comandantes do navio não foram os burgueses liberais, mas sim os *Junkers* – classe agrária e militar da Prússia. Uma reforma agrária feita pelo alto tratou de soterrar as sobrevivências feudais (que tanto incomodaram em França), liberando o campesinato para ser prontamente engolido pelas nascentes fábricas.

Uma industrialização, em suma, planejada por cima, adubando o jardim dos trustes, montando a providencial estrada de ferro, incentivando um nacionalismo extremado e aproveitando os êxitos (e evitando os erros) da experiência inglesa. Para facilitar, a burguesia liberal estava anestesiada na luta pela hegemonia, satisfazendo-se com a concessão de vantagens pontuais para os membros da classe (como compor o aparato técnico-científico que se forjava nos institutos de ensino).

Estado

No quarto capítulo de seu livro sobre o capitalismo (8), Heilbroner analisa o caráter do Estado nesse sistema. Entre outros pontos, ele identifica como característica do capitalismo a inter-relação de duas esferas: a política e a econômica. Não muito bem delimitadas em sociedades pré-capital, as duas esferas estariam (pelo menos de acordo com o discurso liberal) separadas, cada qual com funções específicas. Contudo, o Estado, por vezes, se ocuparia de “assuntos econômicos” ; e o mercado, por sua vez, desempenharia algumas “funções políticas”. Na essência dessa relação, a preocupação em preservar os interesses e objetivos da classe dominante. Assim, atribuições outrora desenvolvidas por um Estado forte (como nas sociedades tributárias) virariam prerrogativas de particulares – a disciplina da mão-de-obra, a carga do capitalista, seria um exemplo. Nessa lógica, o Estado age prontamente quando o objetivo é salvaguardar as ações da burguesia ou

proteger os empresários do “mau humor” do mercado, embora muitos teóricos liberais tenham dissimulado essa interferência.

A industrialização alemã é exemplar para entender essa relação promíscua. O Estado, representando o interesse de uma classe hegemônica (os *Junkers*), atuou de maneira decisiva na preparação do terreno para avassaladora montagem da indústria. Partindo de estruturas arcaicas e pouco favoráveis, o governo prussiano liderou simultaneamente os projetos de unificação e industrialização. Com uma classe média domada e um campesinato liberado por uma reforma agrária conservadora, a aristocracia *junker* manteve seus privilégios e foi a grande beneficiada.

Além da reforma agrária, o Estado implementou, juntamente com o capital externo, outra obra vital: a construção da estrada de ferro. Nesse contexto, a entrada em vigor do *Zollverein* (área de livre comércio dos estados germânicos), em 1834, foi a tacada de mestre da Prússia, que desmontou a liderança política da Áustria e pode conduzir as mudanças estruturais. O caminho de ferro tornava-se vital para potencializar o *Zollverein*. O salto foi notável: se em 1850 a Alemanha possuía apenas 6 mil quilômetros de ferrovias; em 1870, já chegava a 19,5 mil km, superando em 2 mil km a França. (9)

Outro importante incentivo do Estado foi no setor educacional e tecnológico. A montagem de um ensino eminentemente técnico favoreceu à corrida tecnológica, fazendo com que a Alemanha se equiparasse aos ingleses sem ter de enfrentar os mesmos obstáculos, pois podiam se beneficiar de tecnologia já existente. Assim, uma indústria pesada de peso (sem medo de cometer um tremendo pleonasma), calcada em inovações tecnológicas singulares, é outra peculiaridade importante da revolução industrial alemã.

Podemos concluir que sem o apoio estatal (desempenhando, quando preciso, funções econômicas) a elite não colheria os tão doces frutos que essa aliança fez vicejar.

Devido à sua influência no Estado, [os *Junkers*] podiam manter um estatuto privilegiado e, quando ameaçadas pela competição estrangeira, pela queda de preço, escassez de trabalho ou falta de crédito, era para o governo que se viravam, pedindo proteção face ao funcionamento das forças do mercado. (10)

4. Ideário liberal

Percebemos, nos dois casos estudados, focos de resistência ao complexo quadro de mudanças sociais. Na França, vimos o quanto os burgueses eram cautelosos, não apresentando o perfil de “especuladores selvagens” que poderíamos supor encontrar. Outro exemplo é a propensão dos camponeses a uma produção para subsistência, rechaçando relações capitalistas no campo.

Na Alemanha, uma situação semelhante: a industrialização balizou-se numa classe latifundiária e conservadora, que manteve a monarquia no poder e não deixou campo livre para idéias liberais.

Embora Kemp privilegie aspectos econômicos e políticos, é fácil perceber - por meio de exemplos como os de cima - traços do conflito ideológico que se desenvolvia então. Um verdadeiro choque de concepções de mundo ocorre durante o período de gestação de uma sociedade predominantemente industrial, urbana e laica. Desse modo, a demanda por novas estruturas econômicas, políticas e sociais se fez acompanhar pela necessidade de novas estruturas mentais.

Nesse contexto, a filosofia liberal - gestada desde o século XVIII - chegou para derrubar antigas visões do Antigo Regime e fundar uma sociedade em que “o indivíduo” fosse a medida. Nacionalismo, rompimento das ordenações por origem, secularização das relações de poder: algumas das reivindicações dessa nova ideologia. (11)

Entender essas profundas mudanças pode esclarecer, por exemplo, a origem da “má vontade” dos burgueses franceses com as atividades ligadas ao capital. De fato, segundo Heilbroner, a atividade aquisitiva era rechaçada por sociedades pré-capitalistas (12). E, afinal, aqueles personagens estavam vivendo um período de transição, onde o *velho* resiste em meio ao que

chega de *novο*. Vinham de uma sociedade calcada no cristianismo, que encarava o lucro com olhos de reprovação.

Tentar justificar ideologicamente a tão odiosa busca do lucro seria, portanto, a missão dos arautos desse novo modo de produção. Obviamente, não foi algo simples, tanto que o ícone dos liberais, Adam Smith, ainda não se sentia muito à vontade para vestir de fato essa camisa. (13)

Um novo Estado também deveria se justificar ideologicamente. Um novo Estado que servisse aos interesses econômicos da nova classe: um mordomo da burguesia (14). Um ator fundamental, embora o liberalismo político escamoteasse sua importância. Isso quer dizer que o *laissez-faire* “jamais pretendeu significar que não devesse existir 'interferência' alguma do governo dentro da esfera econômica” (15).

Na esteira das mudanças ideológicas, Heilbroner cita como fundamental a dessacralização do mundo, sem a qual seria impossível ao capitalismo alcançar satisfatoriamente a acumulação de excedentes e a exploração de recursos (16). Para tanto, a ciência surge como ideologia fundante, legitimando a expropriação do meio natural. Como exemplos concretos de tal movimento podemos citar os processos de industrialização inglês, alemão e francês, abordados por Tom Kemp, e nos quais as idéias liberais desempenharam papel tão central quanto o das medidas político-econômicas.

5. Conclusão

O capitalismo venceu. Hoje há uma naturalização de condutas e comportamentos que têm certidão de nascimento histórico. Antigos reis ungidos por Deus se transformam em competentes técnicos devotos da Ciência. “Neo-coisas” (neoliberalismo, neonacionalismo, neonazismo...) repetem a história como farsa. O famélico consumo de recursos naturais continua, numa velocidade mais desconcertante, a drenar a vida da Terra em nome do Sacrossanto Lucro, a despeito de Kyoto ou de qualquer encenação “ecologicamente correta”. O irracional imperialismo de outrora – que nos trouxe a catástrofe de duas guerras – continua a filantrópica missão de “civilizar os bárbaros”, pedindo em troca apenas suas almas e riquezas.

Não há leis na História. Não há ciclos. Não há previsibilidade.

Há análise, reflexão, constatação.

Se o progresso tecnológico é o troféu do capitalismo, a continuidade de suas contradições ainda é sua *time-bomb*. E se os “neos” insistem em querer justificar tudo que aí está, também o germe da revolução ainda não foi extirpado.

Notas

- 1) KEMP, Tom. A revolução industrial na Europa do século XIX. Lisboa, Edições 70, 1985, p.69
- 2) Apud. BEUAD, Michel. História do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1987. Tabelas reproduzidas em fotocópia fornecida pela professora de História Contemporânea I.
- 3) KEMP, Tom. Op.Cit. p.76
- 4) Apud. BEUAD, Michel. Op. Cit.
- 5) KEMP, Tom. Op. Cit. p.82
- 6) Idem. Cap 4, “A ascensão da Alemanha industrial”, p.101 a 139
- 7) Sobre a dissimulação da participação do Estado na esfera econômica conferir HEILBRONER.
- 8) “O papel do Estado”. IN: HEILBRONER, R.L. A natureza e a lógica do capitalismo. São Paulo, Ática, s/d, pp. 57-77
- 9) Apud. BEUAD, Michel. Op. Cit.
- 10) Kemp adverte que a industrialização na Alemanha não foi uniforme. Vastas regiões continuariam presas a uma lógica pré-capitalista até inícios do século XX.

- 11) Heilbroner define ideologia como “as opiniões da classe dominante, mantidas de maneira profunda e inconsciente em qualquer ordem social” (Op.cit. p.78). Ou ainda como “sistemas de pensamento e de crença por meio dos quais as classes explicam a si mesmas como funciona seu sistema social e que princípios ele subentende” (idem).
- 12) HEILBRONER, R.L. Op. Cit. p.79
- 13) Idem, p.80
- 14) A visão de um Estado serviçal do poder econômico não deve ser encarada de maneira mecânica. Penso aqui nas concepções de Gramsci, que via a política como uma relação mais complexa e o Estado como algo além de suas instituições administrativas (“Estado ampliado”). Em seu predomínio hegemônico (na acepção gramsciana), a burguesia não deveria apenas conquistar o Estado *stricto senso*, mas também conquistar outros “aparelhos privados de hegemonia”, atuantes na sociedade civil: jornais, partidos, organizações de classe etc.
- 15) HEILBRONER, R.L. Op. Cit. p. 89
- 16) Idem. p.98

Referências

HEILBRONER, R.L. A natureza e a lógica do capitalismo. São Paulo, Ática, s/d, caps. 4 e 5, pp. 57-102

KEMP, Tom. A revolução industrial na europa do século XIX. Lisboa, Edições 70, 1985, caps. 3 e 4, pp. 69-139

Tabelas distribuídas em sala. Fonte: BEUAD, Michel. História do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1987

Anotações em sala.